

MEMÓRIAS DA LAVAGEM

Caio Figueiredo Fernandes Adán*

RESUMO: *Amplamente associada à noção de sincretismo religioso, a religiosidade baiana tem como fenômeno distintivo a Lavagem do Bonfim. Marcada pela participação de setores diversos da sociedade, dos mais tradicionais católicos aos muitos praticantes do candomblé, a Lavagem apresenta-se complexa, conquanto abafada por um discurso sincrético, pretensamente integrador e harmônico, que termina por dissimular disputas sociais e simbólicas travadas entre os diferentes sujeitos que participam da festa. Tradicionalmente celebrada pelo povo baiano, a Lavagem foi proibida no ano de 1890 sob a alegação de cenas de imoralidade praticadas no interior do templo. As repercussões desse episódio e as transformações da Lavagem durante o período republicano indicam uma política de combate por parte de setores do clero e do Estado a experiências de religiosidade popular e produzem uma memória múltipla sobre a festa, abordada nesta pesquisa a partir de relatos escritos e depoimentos orais, que atestam a dimensão da memória como instrumento de disputa e afirmação cultural e social.*

Palavras-chave: Lavagem do Bonfim; Religiosidade baiana; Cultura popular.

APRESENTAÇÃO

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 1994, p. 189).

A religiosidade baiana é amplamente conhecida por seu caráter sincrético, resultante de uma curiosa combinação de elementos das culturas européia, africana e indígena. Destaca-se, neste rico universo cultural, a Lavagem do Bonfim, fenômeno singular marcado pela participação de segmentos diversos da sociedade baiana, entre eles católicos e pessoas ligadas ao candomblé, que, durante a festa, vivenciam diferentes experiências religiosas. Entretanto os grandes veículos de comunicação enfatizam a dimensão sincrética da festa, difundindo uma visão harmônica dessa religiosidade, dissimulando a dimensão da festa como espaço de afirmação e disputa por legitimidade entre os grupos que dela participam.

O estudo da trajetória das festividades do Bonfim, no período republicano, revela uma dinâmica clara de combate por parte de setores ligados à Igreja Católica (e por vezes do Estado) a práticas culturais alicerçadas na cultura baiana, tendo como foco principal experiências de religiosidade popular vividas durante a Lavagem do Bonfim. Pretende-se, neste artigo, portanto apontar questões relativas às diferentes representações construídas socialmente a respeito da Lavagem do Bonfim. Partindo do entendimento de que as tradições culturais não são estáticas, pelo contrário transformam-se historicamente, ganhando novos elementos e novos sentidos, busca-se perceber a existência de diferentes memórias sobre a Lavagem, reveladas nas falas de sujeitos que vivem a festa e sobre ela nos contam.

* Acadêmico do Curso de História – Bacharelado pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. E-mail: caioadan@uol.com. Trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina História Oral e Memória, sob a orientação do Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana, semestre letivo de 2003.2.

Cruzando depoimentos orais, pesquisas em jornais e escritos sobre a Lavagem, procura-se nesse trabalho refletir sobre a disputa simbólica percebida nos diferentes discursos sobre a festa, sempre atento às transformações ocorridas nela ao longo durante o período republicano. O objeto desse estudo é, portanto, a memória dos sujeitos históricos que fazem a festa, ou melhor, as memórias, haja vista a diversidade de versões sobre a Lavagem que este trabalho pôde constatar, sempre pensadas a partir do lugar social de onde são enunciadas. Como referenciais teóricos, são utilizados os trabalhos de **E.P. Thompson** (2001) e **Roger Chartier** (1995), que nos oferecem reflexões bastante profícuas a respeito das relações entre cultura, poder e sociedade, enfatizando o terreno da cultura como espaço de disputas sociais. Também foi de fundamental valia a obra de **Antonio Montenegro** (1992), amadurecendo nossas reflexões sobre cultura popular, memória e oralidade.

ORIGENS

O culto ao Senhor do Bonfim foi introduzido na Bahia pelo capitão de guerra e mar português, proprietário de navios e comerciante de tabaco, Teodózio Rodrigues de Farias. Natural de Setúbal, onde, desde 1669, cultuava-se o Senhor Morto; coube ao português, em razão de uma promessa, a missão de aqui erguer uma capela em homenagem ao santo; assim é que chegou à Bahia, em 1745, a imagem do Cristo Crucificado, réplica da existente em Setúbal. Inicialmente exibida na Igreja de Nossa Senhora da Penha, localizada na Península de Itapagipe, a imagem lá permaneceu até 1754, quando foi então construída sua capela em terreno próprio, no local hoje conhecido por Colina Sagrada do Bonfim.

A localidade, hoje denominada Bonfim, pertencia à Penha, na época apenas uma distante freguesia da cidade de Salvador, lugar de repouso para os doentes e de “passar as festas”. **Anna Amélia Vieira Nascimento**, em seu estudo “Dez Freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX”, afirma que a freguesia era habitada por pessoas “modestas, pobres, tanto brancos como de cor” (NASCIMENTO, 1986, p. 93). Eram simples pescadores, ganhadeiras e lavadeiras – segundo avalia a autora, 87,93% dessa população era composta por sujeitos livres, entre brancos, pardos, crioulos, cabras e pretos.

A paisagem social deveria modificar-se nas festas. As fontes secundárias indicam que a popularidade do Senhor do Bonfim logo se deu: é do mesmo ano da chegada da imagem a fundação da Irmandade da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, tendo esta última mais de 250 anos de existência, mantendo-se viva até hoje. Remontam a essa época as primeiras festas em homenagem ao santo, embora o hábito de lavar a Igreja, conforme veremos, pareça ser posterior, havendo referências à sua origem no começo do século XIX.

Em meados da década de 30 do século XIX, a festa já ocupava papel central no calendário religioso da cidade: estudando o Levante dos Malês, ocorrido em 1835, em Salvador, **João José Reis** explica que a escolha do Domingo da Festa de Nossa Senhora da Guia, para deflagrar a rebelião, fora decorrente do amplo contingente que se deslocava para o Bonfim, deixando as ruas da cidade do Salvador vazias de senhores de escravos, homens livres e policiais (REIS, 2003, p. 261).

As festas religiosas ocupavam um espaço muito importante na vida social da antiga Salvador, e a festa do Bonfim era das mais populares, vivamente celebrada na cidade. Era grande o número de pessoas de muitos bairros da cidade e de todo o recôncavo e interior que participavam dos festejos e chegavam a permanecer no Bonfim por dias e até mesmo semanas. As referências à construção das casas dos romeiros, destinadas a abrigar a população que acorria ao Bonfim, permitem supor que a festa contava não apenas com a presença da elite, mas também com boa parcela dos segmentos populares que lá se hospedava; aos ricos eram reservadas as

belas casas próprias ou alugadas na subida da colina, onde costumavam passar longas temporadas.

Ao longo do século XIX, a popularidade do Senhor do Bonfim só cresceu. Um elemento importante para esse processo foi a fama de milagreiro que o santo ganhou. Conforme nos explica **Eduardo Guimarães**, no século XIX, foram atribuídos ao santo dois grandes milagres ocorridos na cidade de Salvador: o primeiro, quando, em 1842, levou-se o santo às ruas em procissão devido à grande seca que atingia a cidade e outras regiões da província; conta-se que, ao passar a procissão em frente à Igreja de São Joaquim, de imediato começou a chover incessantemente. O segundo quando da epidemia de Cólera-morbus de 1855, quando a imagem novamente correu a cidade em procissão, só voltando à catedral depois de derrotada a epidemia (GUIMARÃES, 1991, p. 69). Desse modo, estavam formadas as bases que fariam do Senhor do Bonfim o “santo protetor dos baianos”.

“A CULPA É DE SÃO GONÇALO”

Não se sabe ao certo por que a celebração ao Senhor do Bonfim ganhou tons tão festivos na Bahia; o culto ao Nosso Senhor da Boa Morte, em Setúbal, era marcado por um caráter fúnebre, de reclusão e silêncio, bem diferente da vivacidade e do entusiasmo com que era celebrado na Bahia.

Segundo o historiador **Cid Teixeira**, “a culpa é de São Gonçalo de Amarante”¹, santo que hoje ocupa lugar menor nas festividades do Bonfim. É que a imagem de São Gonçalo do Amarante, cultuada numa pequena capela no Rio Vermelho, era tradicionalmente festejada com “bebedeiras e grandes farras” no interior da igreja, conforme a tradição portuguesa de devoção ao santo. Há relatos sobre essa festa, a exemplo do depoimento de Le Gentil Le Barbinais em 1718, citado por **Pierre Verger**:

(...) Fizeram-nos também dançar, de bom ou mau grado, era uma coisa bastante divertida, ver em uma igreja, padres, mulheres, monges, cavalheiros e escravos dançarem e saltarem todos misturados e gritarem a plenos pulmões “Viva São Gonçalo de Amarante (VERGER, 1981, p. 80).

O caráter festivo da devoção a São Gonçalo pode ser percebido também neste trecho de uma cantiga (Cf. SOUZA JUNIOR, 2003, p. 109):

São Gonçalo de Amarante
Não é como os outros
Os outros querem lhe rezem
São Gonçalo que lhe cante.

Ao que tudo indica, em razão de ter ruído a antiga capela do Rio Vermelho, que antes o abrigava, em 1804, é recebida na Igreja do Bonfim a imagem de São Gonçalo de Amarante, sendo incorporado a sua celebração aos festejos do Bonfim. Provavelmente, este fato só deve ter feito com que tal festa caísse ainda mais no gosto popular.

“Culpa” de São Gonçalo ou não, o fato é que o caráter “expansivo” dos baianos, durante as festas religiosas, fazia-se notar e era alvo constante de censuras. Em correspondência datada de 07 de janeiro de 1860, citada por Verger, o Bispo da Bahia, Dom Romualdo, escreve ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley, as seguintes palavras:

¹ CORREIO DA BAHIA, 11 de janeiro de 1996.

nem nos teatros nem nas praças públicas seriam tolerados os escândalos que se praticam impunemente no recinto dos templos, os gritos, as vociferações, as injúrias e não poucas vezes as vias de fato, servindo de instrumento para espancar e ferir os castiçais e as próprias cruzes dos altares... (VERGER, 1981, p. 81).

A LAVAGEM

Quanto à Lavagem, as fontes indicam que começou como uma demonstração de fé e piedade por parte dos fiéis ligados à Irmandade, e os depoimentos orais colhidos de membros da Irmandade confirmam isso. Mas compreender as sucessivas transformações por que passou a festa, ao longo de sua história, tanto no que se refere aos seus sujeitos quanto aos seus sentidos, é um desafio que envolve o enfrentamento de imbricadas questões de classe, raça e religiosidade.

Ao contrário do que normalmente se pensa, o hábito de lavar as igrejas em louvor aos santos não é de origem africana, mas sim um costume milenar do catolicismo ibérico, conforme **Vilson Souza Junior** (2003). É curioso notar, entretanto, que tal prática fora proibida pela igreja ibérica desde o final do século XVI, em razão dos abusos praticados nos recintos sagrados, tendo surgido na Bahia mais de duzentos anos depois, logo conquistando adeptos, grande parte deles, negros, em se tratando de uma cidade onde eram tão numerosos.

Em visita à Bahia, em 1860, o príncipe Maximiliano da Áustria acompanhou a festa do Bonfim e registrou em seu diário:

O tumulto de uma feira reinava, neste momento, na praça e na igreja. A população negra, em roupas de festa, empurrava-se com muito barulho (...) Uma longa fila de jovens e alegres negrinhas (...) Assumiam as atitudes as mais cômodas, as mais a vontade e as mais voluptuosas e vendiam toda sorte de objetos de religião, amuletos, velas e comestíveis que levavam em cestas (...) Um ar de festa e de alegre diversão reinava em todos os rostos (...) Sentia-se que era uma festa longamente esperada onde os negros sentiam-se em casa (VERGER, 1981, p.81).

Esse depoimento já evidencia dois dos aspectos que mais chamariam a atenção daqueles que escreveram sobre a Lavagem entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX: as práticas sincréticas da população e o “entusiasmo” dos participantes da festa. **Carlos Alberto de Carvalho**, em “Tradições e Milagres do Bonfim”, de 1915, expôs seu olhar de incômodo quanto aos excessos cometidos na festa:

Que vos direi eu, leitor piedoso que me estaes lendo cousas tão christãs, sobre as lavagens do Bonfim, scenas que mais se pareciam de paganismo ou de luxuria?

Que vos poderei dizer que vos não traga ás faces o rubor da vergonha, o calor da revolta por esses ignorantes e exagerados *devotos* que tão criminosamente confundiam um acto comesinho da lavagem de um templo, com a mais torpe das *baccanaes romanas*? (CARVALHO, 1915, p. 49).

A “licenciosidade” dos hábitos da população pobre é enfaticamente criticada, em suas práticas “bárbaras” e sua sensualidade exacerbada. Abundam nos relatos sobre a festa referências às “mulheres e homens do povo”; elas “semi-nuas”, eles “arregaçados até acima dos joelhos”, bailando “diabolicamente” ébrios todos. Há referências também à convivência de elementos do

catolicismo e da religiosidade africana: “Cantavam bemdictos e ladainhas, de mistura com chulas e sambas e a lavagem prosseguia” (CARVALHO, 1915, p. 50).

OLHARES SOBRE A FESTA

Chama nossa atenção nos depoimentos de estrangeiros sobre a festa a indicação expressa quanto ao grande contingente de negros. O escritor alemão, **Stefan Zweig**, em visita à Bahia, em 1940, deixa sua impressão: “A Bahia é de todas as cidades do Brasil a que tem mais gente de cor; conservou, como tudo do passado, sua antiga população ainda não clareada no mesmo grau em que, pelo afluxo de europeus, o foram as das outras cidades do Brasil” (ZWEIG, 1981, p. 217).

O silêncio de nossos escritores quanto à cor dos populares na festa não deve surpreender. Pode ter lhes parecido algo óbvio demais para ser lembrado, haja vista a supremacia de negros e mestiços dentre os pobres nessa terra (sem dúvida ainda maior no passado), mas tal silêncio pode ocultar o conteúdo racista de suas posições. São amplamente conhecidos, na historiografia brasileira e baiana, os desdobramentos de certo pensamento que teve lugar no Brasil entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que pretendeu explicar e controlar a sociedade brasileira a partir de noções hierarquizadas de raça. Materializado numa política clara de disciplinarização das classes populares a partir de referenciais de civilização e modernidade importados da Europa, contando com o aparato do Estado, tal pensamento buscou combater ativamente práticas da cultura popular, sobretudo aquelas de origem africana, denunciadoras da barbárie de nossa população mestiça.

“HOJE, AQUI, NÃO TEM LAVAGEM”

Parece significativo que, em 1890, recém-implantada a República – grande conquista rumo a nossa modernidade tardia – a Lavagem do Bonfim tenha sido proibida. Parece que tal determinação atendeu a reclames de setores da sociedade civil, sobretudo do Clero, quanto aos “abusos” praticados no interior do templo. Na lembrança de **Carlos Alberto de Carvalho**: “Felizmente ao assumir o Governo Provisorio da nação, o Dr. Manoel Vitorino Pereira, nos primeiros tempos da Republica, a lavagem do Bonfim exhalou o ultimo suspiro e recebeu a derradeira pá de terra” (CARVALHO, 1915, p. 49-50).

Sob esse prisma de combate à religiosidade popular, tais práticas são interpretadas a partir de referenciais que lhe são externos, como, por exemplo o de recolhimento espiritual, supostamente adequado a uma festa religiosa. As experiências de religiosidade das classes populares não se regulam pelas normas impostas por certa moral cristã, nem podem ser compreendidas a partir dela; pelo contrário, são profundamente impregnadas por uma concepção diversa do divino. **Victor Vincent Valla** nos esclarece a questão:

O aspecto penitencial do catolicismo popular tradicional é apenas um lado da experiência religiosa. O outro é a festa e alegria. (...) podemos ver como essas dimensões da penitência e da alegria estão integradas numa totalidade, onde o enfrentamento da dor não diminui a intensidade do prazer, nem o encontro como sagrado exclui o envolvimento do corpo. A devoção popular se expressa através do sacrifício e da penitência, mas também da abundância e da fartura de mesas repletas de iguarias e de uma certa liberdade no gastos e nos costumes (VALLA, 2001, p. 27).

Assim, as críticas por parte da Igreja Católica às práticas religiosas da população buscavam atingir algo maior, uma outra maneira de experimentar a religiosidade, típica do povo. A partir do século XIX, medidas civilizatórias surgiam por parte do clero católico, destinadas a separar a religião “das manifestações profanas e libidinosas”. De outra parte, havia o desejo de extirpar o legado africano, suas práticas religiosas, músicas, lendas, enfim, as “tristes reminiscências do africanismo”, materializadas nas práticas sincréticas vivenciadas durante a Lavagem.

A população, entretanto, não aceitou de imediato a proibição, conforme lemos a seguir: “1890 – Polícia impede a lavagem do Bonfim. Contrariando ordem do arcebispo, o povo se apresenta para a lavagem do Bonfim, sendo contudo, repellido pela Guarda Cívica, que recolhe vassouras, violas, vasos de barro, harmônicas. Os soldados gritam ‘hoje, aqui, não tem lavagem’” (Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997, p. 16). No ano seguinte (1891):

informação do Diário da Bahia dá conta de que, sob a alegação de ‘cenas de imoralidade que causam transtornos aos fiéis’, a Igreja como apoio do governo do Estado proibiu nesse ano a realização da lavagem ‘que tradicionalmente se fazia na capela do Senhor do Bonfim. Foi simplesmente celebrada uma missa, notando-se pouca concorrência de fiéis (Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997, p. 20).

RECONSTRUINDO A MEMÓRIA

A dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o anti-museu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também, e as palavras, são ociosos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas (CERTEAU, 1994, p. 189).

O episódio da proibição da Lavagem parece ter deixado marcas profundas tanto na dinâmica da própria Lavagem, quanto na memória que se construiu a respeito dela a partir daí. Os relatos relativos às origens da festa normalmente indicam que esta teria surgido entre praticantes do candomblé, a exemplo do texto a seguir:

Volta a ocorrer a lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim, em Salvador. A imprensa registra a festa como um acontecimento “pacífico”, graças ao enérgico desempenho da força policial, que procurou tomar medidas preventivas. Conta-se que a primeira lavagem teve como motivo o pagamento de uma promessa por parte do cidadão Sabino Manoel dos Santos. Em visita ao terreiro de Bernardino, famoso pai-de-santo, Sabino afirmou que caso se curasse de uma enfermidade nas pernas, levaria água da fonte da Pedra Furada para lavar a escadaria da igreja. Como realmente veio a se curar, adquiriu um jumento e, utilizando quatro barris de água, juntamente com as filhas-de-santo de Bernardino, cumpriu a promessa. No ano seguinte, outro famoso pai-de-santo da época, e daí em diante se firmara na tradição popular (Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997, p. 27).

Não sabemos se a história de Sabino sobre a qual nos fala o texto acima citado foi extraída do mesmo jornal que noticia a lavagem “pacífica” de 1894. Uma coisa é certa: o poder disciplinar da República fazia-se sentir na Lavagem por intermédio do “enérgico desempenho da força policial”, controlando a população. Ainda podemos tirar mais algumas conclusões, antes,

contudo, vale a pena reexaminarmos outra citação: “Felizmente ao assumir o Governo Provisorio da nação, o Dr. Manoel Vitorino Pereira, nos primeiros tempos da Republica, a lavagem do Bonfim *exhalou o ultimo suspiro e recebeu a derradeira pá de terra*” (CARVALHO, 1915, p. 49-50).

Aparente contradição. Afinal, teve ou não razão o autor dessas linhas? Considerando que a edição consultada é de 1915, parece improvável que o autor não tenha tomado conhecimento da retomada da Lavagem em 1894. Por outro lado, parece mesmo que a Lavagem, de certa forma, havia recebido “a derradeira pá de terra”. Se a festa ressurgiu, os sentidos que a envolviam agora talvez fossem outros, o próprio espaço já não era mais o mesmo, lavavam-se agora apenas as escadarias da igreja, haviam conseguido impedir o acesso da população ao interior do templo. O que significavam então essas transformações?

Não podemos apresentar respostas conclusivas, mas parece importante observar a referência ao surgimento da Lavagem a partir da promessa de Sabino feita no terreiro do pai-de-santo Bernardino. Podemos cruzá-la com outra citação interessante, a respeito de Mãe Aninha, yalorixá fundadora do terreiro do Axé Opô Afonjá, narrada no livro “É daí aconteceu o encanto”, que conta a sua história:

Foi uma das pioneiras da Festa da Lavagem do Bonfim; àquela época, no tempo de Oba Biyi, lavava-se a igreja ‘por dentro e por fora’.

Vestida de branco, com uma completa ‘roupa de baiana’, acompanhada de algumas filhas de santo, escolhidas a dedo, dirigia-se para a ‘colina sagrada’, levando água, perfume, flores, vassouras. Ela mesma varria a igreja, dizendo tal missão ser ‘uma honra e privilégio’.

Muitos participantes das festividades, reconhecendo Mãe Aninha, ajoelhados pediam-lhe que molhasse suas cabeças, o que fazia com graça e simpatia (AZEVEDO : MARTINS, 1998, p. 25).

Nesta citação, podemos ver uma outra versão da criação da festa por parte de pessoas ligadas ao Candomblé, tendo Mãe Aninha, nascida em 1869, sido uma das “pioneiras”. Parece curioso que, justamente após a proibição da Lavagem e seu posterior ressurgimento, tenha surgido uma memória que reivindica para o candomblé a criação da festa. É surpreendente ver uma prática, com pelo menos um século de existência, reorganizar-se simbolicamente a ponto de ressurgir, a partir de novos marcos simbólicos que situam sua origem no final do século XIX. A história da Lavagem, que nasceu de um ato de piedade cristã, envolve-se no universo simbólico do candomblé:

Querem algo mais bonito que isso? Oxalá, rei, queria conhecer como vivia o seu povo. Aparentando-se em comum, sai de sua Casa e, por alguma circunstância, acaba sendo preso. Notando o seu desaparecimento, Xangô, seu filho, vai à sua procura. Encontra-o maltratado e o resgata, conduzindo-o de volta à Casa de onde as súditas, para lavar-lhe as feridas, vão buscar águas.

Essa é a explicação, que aprendi, sobre a lavagem, momento que marca a presença do candomblé na festa católica do Senhor do Bonfim que, no sincretismo criado pelos negros para atenuar a intolerância religiosa é o mesmo Oxalá.²

A lenda relatada refere-se na verdade ao culto das “Águas de Oxalá”, ritual que marca o início das atividades anuais nos terreiros de candomblé da Bahia. É interessante observar que nenhuma das três citações relacionam a Lavagem a nenhum ritual português anterior que tivesse

² AZEVEDO, Jackson C. de. Lavagem do Bonfim: isso ou aquilo? Jornal A Tarde, 07 de janeiro de 1998.

sido assimilado, pelo contrário, chega-se mesmo a fundamentar a explicação em mitos africanos. Os realtos indicam postura incisiva nesses três fragmentos que buscam firmar o candomblé e a Lavagem como um ritual autônomo dos negros, ainda que perspassado por elementos sincréticos.

“QUANDO EU ME VISTO DE BAIANA, EU ME SINTO UMA RAINHA”

Francisca da Conceição dos Santos Oliveira, a Chica, é uma das baianas que atualmente participa da Lavagem do Bonfim. Muita coisa mudou, é fato, a festa hoje em dia tem outra cara, e essa discussão seria tema para outro artigo. A presença dos órgãos estatais de turismo na organização do festejo “congelou” o que era dinâmico, transformando a Lavagem do Bonfim em uma mercadoria turística, além de uma vitrine política. A relação com a Igreja Católica também não melhorou, a Irmandade não reconhece mais a Lavagem como uma festa religiosa, e a Basílica permanece atualmente fechada no dia da Lavagem, não sendo permitido sequer o acesso ao adro.

Chica é uma das baianas selecionadas pela Bahiatursa juntamente com a Emtursa. Faz questão de frisar que não recebe “dinheiro alto nenhum”, que nem se pode cobrar pelo Senhor do Bonfim. O que elas recebem é apenas uma “ajuda de custo de vinte reais” para a compra dos itens necessários à sua adequada apresentação, desde as anáguas até a água-de-cheiro.

Seu depoimento reitera a prerrogativa do povo de candomblé sobre o ritual da Lavagem. Perguntada sobre quem era o homenageado da Lavagem, Oxalá ou Senhor do Bonfim, Chica responde: “Tá homenageando os dois, Senhor do Bonfim como católico e Oxalá no candomblé. Porque a Lavagem surgiu do ritual, da seita, não surgiu na igreja”³.

Mais adiante, em seu depoimento, ela também nos conta sua versão sobre o surgimento da Lavagem, e os motivos que acarretaram o fechamento do templo no dia da Lavagem.

Era, a igreja era aberta, a gente entrava, nessa época eu ainda era criança, não entendia bem ainda o que era lavagem. E o pessoal lavava dentro da igreja, só que daí começou o pessoal da seita do candomblé depois que lavava a colocar pratinhos, bilhetinhos, oferendas pra Oxalá, e tal. Então o padre achou que invés de a gente estar lavando a igreja, a gente estava sujando, porque se lavava e depois voltava a jogar milho branco, jogar pipoca, botar aquele pratinho com ovo, a gente tava sujando.⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variedade de versões sobre a Lavagem corrobora a idéia de que a memória sobre a festa constitui um campo em disputa entre os setores que a vivem. Se entre as pessoas ligadas ao candomblé, a Lavagem representou, a partir do final do século XIX, um momento de afirmação de uma tradição e de uma religiosidade africana ainda que sincrética; os setores ligados à Igreja Católica mantêm-se afeitos à idéia de desordem e imoralidade, não-condizentes com a fé cristã, enfatizando a presença escrava nos primeiros tempos da Lavagem, absorvidos na fé do Senhor do Bonfim pela disposição de seus senhores.

³ Francisca da Conceição dos Santos Oliveira (Chica), 54 anos. Entrevista concedida ao autor da pesquisa, em 26 de maio de 2004.

⁴ Idem ao 2.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO PARLAMENTAR. DIVISÃO DE PESQUISA. **Bahia de Todos os Fatos: Cenas da Vida Republicana – 1889/1991**. 2ª edição. Salvador, 1997.

AZEVEDO, Stella; MARTINS, Cléo. ... **E daí aconteceu o encanto**. Salvador, 1998. Publicação dos autores.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Tradições e Milagres do Bonfim**. Salvador, 1915. Edição Mimeografada.

CERTEAU, Michel de. **Caminhadas pela cidade**. In: _____. A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 169-191.

CHARTIER, Roger. “**Cultura Popular**”: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, vol. 8, n. 16. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, pp. 179-192.

GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Morais. O Senhor do Bonfim passeia pela cidade. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 161, p. 67-76, jan 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: FCEBa/EGBa, 1986.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês em 1835**. Edição revista e ampliada. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. **Orixás, Santos e Festas: Encontros e Desencontros do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador**. Salvador: EDUNEB, 2003.

STEIL, Carlos Alberto. **Catolicismo e Cultura**. In: VALLA, Victor Vincent (org.). Religião e Cultura Popular. Rio de Janeiro, DP & A, 2001, pp. 9-40.

THOMPSON, E. P. **Folclore, antropologia e história social**. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-267.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia – 1850**. Salvador: Corrupio, 1981.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, País do Futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

Fontes Orais

Francisca da Conceição dos Santos Oliveira (Chica), 54 anos. Entrevista concedida ao autor da pesquisa, em 26 de maio de 2004.



Jornais

CORREIO DA BAHIA, 11 de janeiro de 1996. Acervo pessoal.

AZEVEDO, Jackson C. de. Lavagem do Bonfim: isso ou aquilo? Jornal A Tarde, 07 de janeiro de 1998. Acervo Pessoal.